

● Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo

● Westerlei Sousa Mesquita (westermesquita@yahoo.com.br)*

Resumo

O trabalho realizou um estudo sobre os modos de produção das teorias de Marx e Engels, que explicam as bases do capitalismo e da ideologia dominante criadora de conceitos como o desenvolvimento sustentável. Tendo intuito de discutir e contribuir para que sejam tomadas iniciativas de desenvolvimento que busquem harmonizar os princípios éticos de responsabilidade social, eficiência econômica e preservação ambiental.

Palavras-chave: Capitalismo, turismo e sustentabilidade

Abstract

This paper carried through a study on the ways of production of the theories of the Marx and Engels, who explain the bases of the capitalism and the creation of dominant ideology and the concepts as the sustainable development. Having intention to discuss and to contribute with development initiatives that taken search to harmonize the ethical principles of social responsibility, economic efficiency and environment preservation.

Key-words: Capitalism, tourism and sustainability.

Introdução

O contexto histórico aqui abordado serviu-se da perspectiva do materialismo histórico, objetivando descrever a evolução dos modos de produção e o conseqüente surgimento do capitalismo, fato importante para compreensão da consecução do turismo na atualidade. Ao se buscar a caracterização do capitalismo, procurou-se contemplar o cerne das relações capitalistas, ou seja, seu enfoque principal o lucro. Faz-se o uso de referências de autores clássicos do pensamento econômico integrando as suas principais idéias para compor uma síntese sobre as principais peculiaridades do capitalismo, esse sistema dominante que produz conceitos atuais como de sustentabilidade. O capitalismo prevaleceu até nossa atualidade contendo algumas características um tanto distintas em relação a aquela época, porém, seguindo o mesmo enfoque principal.

Evolução dos modos de produção

A evolução dos modos de produção pode ser vista por meio da perspectiva que aborda o materialismo histórico, conforme as idéias dos filósofos, economistas e socialistas, Karl Marx e Friedrich Engels no livro *Ideologia Alemã* (Feuerbach, 1973), este conceito será o arcabouço teórico para a compreensão de alguns processos como a mais-valia, os quais desencadearam a revolução industrial, um importante passo para o desenvolvimento do capitalismo, sistema primordial para efetivação do turismo sob a forma que o conhecemos atualmente.

Para a análise do contexto histórico, usaremos o pensamento de evolução dos modos de produção segundo a concepção de Marx e Engels, no qual a organização social e econômica é representada por sociedades: tribal, comunal, feudal e capitalista. Nesta perspectiva, a história é exclusivamente a seqüência de usos

materiais, capitais e força de trabalho durante várias gerações, ocorrendo modificações sucessivas nesses elementos durante as transições de geração.

De acordo com esses dois pensadores, na Antiguidade as sociedades tribais possuíam a divisão do trabalho pouco desenvolvida, essa divisão do trabalho estava naturalmente relacionada à composição familiar. No geral, as atividades exercidas correspondiam as de subsistência desta composição. Com isso a sociedade estava limitada à extensão da família, que passou a crescer e a ter maiores necessidades externas, buscando intercâmbio, tanto nas batalhas como nas comercializações.

As sociedades, logo após esta fase, passam a exercer tipos de propriedade comunal, onde várias tribos se unem, seja por conseqüência de uma conquista ou por contratos. Nesse momento, surgem formas de escravismo sobre as populações dominadas na guerra. Deste conglomerado de tribos passa a existir a propriedade privada coletiva, uma agregação surgida espontaneamente, confirmando os primeiros sinais de formação do estado.

Logo após essa sucessão de acontecimentos foi estabelecida a terceira forma de propriedade, a feudal, ocorrida na Idade Média com a decadência do Império Romano, depois das invasões germânicas as sociedades comunais tiveram suas forças produtivas e agricultura diminuídas, neste contexto, a propriedade feudal se desenvolveu, onde não mais os escravos eram os produtores e sim os camponeses servos da gleba. A estrutura feudal dava poderes de posse da terra à nobreza, dominante da classe produtora.

Os feudos deram origem a pequenos grupos de artesões que desenvolveram uma pequena divisão do trabalho, ocasionando numa indústria do tipo artesanal, enquanto a agricultura sofria pouca divisão do trabalho

por causa da partição das terras. Nesta época o comerciante era o industrial, não havia separação, passando essa divisão apenas a existir nas cidades mais antigas. Com o tempo, esses indivíduos passam a desenvolver entre si relações sociais e políticas, e essas relações entre produtores passaram a constituir a estrutura social e estatal. Como comenta Marx e Engels (1976,p.175):

Diz-se ali que a minha opinião é que todo modo particular de produção, e as relações de produção que lhe correspondem em cada momento dado, resumindo, a estrutura econômica da sociedade, é a base real (die reale Basis), sobre a qual e edifica uma superestrutura (Überbau) jurídica e política, à qual correspondem formas determinadas de consciência social. O modo de produção da vida material determina o processo geral da vida social, política e espiritual.

Então, pode se afirmar que os modos de produção e força de trabalho, ou seja, a "infra-estrutura" estavam diretamente relacionados à constituição da "super-estrutura", instituições políticas e jurídicas (o Estado e as Leis) e a estruturação das artes, a religião e a moral da época. As formas de dominação e sua sucessão podem ser compreendidas diante dos fatos expostos anteriormente e na análise do comentário dos dois pensadores Marx e Engels (1996,p.37), que salientam:

Não têm a história, nem o desenvolvimento, mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Analisadas essas considerações, compreende-se por que as sucessões de gerações levam em si, as modificações ocorridas em seu meio social, cultural, econômico e político. Logo, o homem é resultado da história de seu próprio meio,

entretanto, o pensamento dominante provém sempre da classe mais influente da época.

Na Idade Média a transição entre feudalismo e capitalismo se deu com a evolução da indústria artesanal, com pouca divisão do trabalho, para a indústria, com maior divisão do trabalho e com novas tecnologias de mecanização dos modos de produção. Esta etapa da história foi denominada de revolução industrial e ocorreu principalmente na Inglaterra do século XVIII. Com isso, a intensificação da comercialização, favorecida pela expansão dos mercados pelas navegações, propiciou que alguns indivíduos acumulassem capital, formando a classe burguesa. Uma classe detentora dos meios de produção que passou a obter cada vez mais lucros com a comercialização, passando a reinvestir os lucros para ampliar seu capital, e novamente reinvestia esses lucros na produção, e assim, sucessivamente.

Segundo Hunt e Sherman (1977,p.98) "[...] a ânsia de acumular mais capital tornou-se a força motriz do sistema capitalista". O desejo de maximizar os lucros induzia os capitalistas a produzir apenas mercadorias que tivessem procura, tendo estes sempre que aumentar sua capacidade competitiva, ou do contrário, os concorrentes o venceriam, implicando sempre na acumulação de novos equipamentos e produtos de maior qualidade. O capitalismo passou a ser o sistema dominante, auferindo aos capitalistas o poder e prestígio referente à soma de seu capital. Para Marx apud (HUNT e SHERMAN 1977,p.100) "O capitalista é mero resultado do mecanismo social do qual ele é apenas uma das engrenagens".

A classe dominante passou a ser a classe surgida por meio da acumulação de capital e o sistema capitalista passou a ser a influência ao meio cultural, político, econômico e social. Como afirma Marx

(1996,p.57) "As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes da sociedade e, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante".

Breve histórico do turismo

O aspecto histórico do turismo é abordado pela literatura dos estudos de turismo de forma sucinta, descrevendo os principais acontecimentos e fatos da história mundial que sugestionam formas de turismo, portanto, essa literatura busca mostrar a evolução do turismo por meio desses fatos históricos amplamente reconhecidos. Em conseqüência disso se analisou não só o contexto histórico do turismo, mas também se buscou um paralelo entre o turismo e as características do capitalismo, onde o capital é evidenciado.

O conhecimento da história tem papel fundamental para a compreensão de fenômenos como o turismo, pois desde as mais antigas civilizações existiram atividades que se configuravam como turismo, porém o fenômeno turismo se dinamizou apenas recentemente, pois sua referência principal é o capital. Por isso o turismo tem melhor se evidenciado neste sistema capitalista, no qual, momentos de não trabalho podem propiciar momentos de lazer e dentre esses momentos de lazer é que existe o turismo.

O termo turismo surgiu apenas no século XIX, mas há três mil anos antes de cristo já existiam formas de turismo, como afirma Ignara (2003,p.2) "[...] o Egito já era uma Meca para os visitantes que para lá afluíam para contemplar as pirâmides e outros monumentos". A literatura acerca da história do turismo descreve que o homem passou a viajar por diversas motivações como as religiosas, as políticas, de prazer ou simplesmente de curiosidades. Contudo a principal motivação de viagem na antiguidade foi a necessidade de comercialização com outros povos, na qual,

grandes extensões de terra eram percorridas para que este comercio fosse efetivamente praticado. Entretanto, algumas dessas formas de turismo relatadas na literatura não estavam diretamente relacionadas com a comercialização, como Os Jogos Olímpicos da Era Antiga 456 aC a 393 dC, que conseguiu fazer com que várias viagens fossem empreendidas, no intuito de que as pessoas participassem dos jogos disputados na cidade de Olímpia. Do mesmo modo, As Cruzadas nos anos de 1096 a 1270 dC, fomentada pela Igreja Católica foi um evento incentivador de deslocamentos humanos, passando por vários centros religiosos da Europa para libertar Jerusalém do domínio Árabe (IGNARA, 2003,p.4).

Na idade média, no século XVI, notou-se o início de um costume das classes mais abastadas de enviarem seus filhos para estudar em outras cidades com propósitos educacionais. Esse costume atingiu seu auge no século XVIII e ficou conhecido como Grand Tour uma atividade muito comum entre as elites britânicas, reunindo ao mesmo tempo prazer e instrução. O século XVIII presenciou um desenvolvimento considerável em infra-estrutura turística, sob a forma de balneários espalhados por boa parte da Europa (THOMPSON apud URRY,2001,p.20).

Com a Revolução Industrial e o capitalismo comercial nos séculos XVIII e XIX, uma maior quantidade de pessoas passou a viajar, pois obtinham uma quantidade maior de recursos econômicos e de meios de transportes para usufruir. Com o advento da máquina a vapor e o conseqüente surgimento dos barcos e trens a vapor e a construção de ferrovias, os deslocamentos passaram a atingir destinos mais longínquos, propiciando a exploração econômica das viagens turísticas.

O Século XX deixou o legado de várias invenções, proporcionando ao homem uma série de facilidades para seu deslocamento como carros e aviões, foram ainda criados rodovias e aeroportos para atender a sempre crescente demanda turística. Mas foi somente a partir do término da Segunda Guerra Mundial que o turismo se tornou uma atividade de massa. Já na década de oitenta, a prosperidade econômica atingiu várias camadas sociais e possibilitou um número expressivo de pessoas de viajar (IGNARA,2003,p.7).

Atualmente o turismo é responsável por uma considerável quantia dos gastos totais com consumo mundial, segundo dados da OMT (Organização Mundial do Turismo) (apud MAGALHÃES 2002,p.54). O turismo recebe a cada dia mais investimentos em infra-estrutura e mão de obra, para atender a sua demanda crescente. Muitas vezes, o turismo tem seu enfoque exclusivamente voltado para o atendimento de sua demanda, acabando por impactar, transformar e às vezes até mesmo de se apropriar dos lugares, alterando a vida de seus habitantes. Necessitando de uma abordagem mais aprofundada e crítica nessa questão, de forma que, os impactos proporcionados pelo turismo sejam harmonizados.

Capitalismo e turismo

Nos séculos XVIII e XIX, com a consolidação do capitalismo, a produção de mercadorias tornou-se o foco essencial do sistema, sendo que, a viagem se configurou como um tipo de "mercadoria", passando a ser vendida e consumida por um maior número de pessoas. Estas viagens por terem sido tratadas como mercadorias naquela época, se assemelham bastante com as comercializadas atualmente.

A sociedade pós-moderna acompanha o mesmo ideário das sociedades capitalistas

anteriores. Seguindo a linha de pensamento dos filósofos Marx e Engels, pode-se constatar que a "infra-estrutura" impõe seu pensamento por meio da "super-estrutura", assim, sucessivamente durante gerações a cultura do consumismo se mantém, perpetuando o ciclo de criação e produção de novas mercadorias para atender aos desejos e necessidades humanas. O turismo se configura em uma dessas mercadorias, que se segmenta para acompanhar essas necessidades, sendo realizado nas mais diferentes formas e regiões, climas, mares, desertos, florestas e etc.

Por intermédio do capitalismo o turismo tornou-se uma atividade mercadológica rentável, por sua vez, sua interpretação, na maioria das vezes, é limitada por referenciais teóricos mercantilistas, tratando o turismo como atividade, sendo que a denominação "atividade turística" refere-se apenas ao atributo econômico do fenômeno do turismo, deixando de lado as interpretações com fundamentos holísticos, proporcionando a análise do turismo uma visão simplista e repleta de verdades latentes. Salientando essas questões e utilizando o termo "atividade turística" para a compreensão do fenômeno do turismo no setor econômico, Rodrigues (1997,p.47) comenta:

A atividade turística permite e facilita o uso fugaz e intenso do território como parte integrante do ideal de modernidade que considera o desenvolvimento como uma meta a ser atingida, medida e mediada pela produção de mercadorias. É parte integrante do ideal da pós-modernidade a fragmentação do uso. É uma atividade que sacraliza a natureza e ao mesmo tempo submete-a ao mundo da mercadoria, pois se paga para desfrutar da natureza, da paisagem natural ou do ambiente natural ou construído.

Essa análise apenas econômica do turismo é linear, portanto, pouco profunda, não observando os impactos socioculturais

e ambientais que este pode exercer no meio em que ocorre, sendo os principais responsáveis pela sua organização os detentores do capital, que estão sempre preparados para impor seus pensamentos voltados unicamente para o lucro, sem a preocupação com os impactos maléficos do turismo. Sobre esta análise, Martoni (2006,p.14) critica:

A análise linear e superficial do turismo como atividade economicista e tecnicista está associada ao pensamento neoliberal, que procura enfraquecer a compreensão do que é concreto e ocultar a amplitude do fenômeno com discursos que expressam os ideais privados, ou seja, do turismo como um mero negócio. A superação dessa compreensão é assaz importante para atuarmos criticamente e efetivamente nas políticas públicas e reordenamento do turismo nacional, favorecendo comunidades e valorizando intrinsecamente o patrimônio em âmbito local, estadual e federal.

O turismo, em meio a essa globalização, se apresenta em diferentes momentos e fases evolutivas em vários países e localidades, não poupando nenhum território de sua apropriação, fomentado basicamente pelo capitalismo globalizado. Seguindo essa ordem de globalização, compreende-se a complexidade de se analisar o turismo, pois cada local do mundo participante desse processo se encontra em um estágio diferente de evolução do capitalismo, assim sendo, apresentam diferentes formas de turismo. Conferindo à análise do turismo dificuldades quanto à sua qualificação e quantificação dos impactos socioculturais e ambientais, já que, estes são inerentes aos impactos econômicos.

Nesse momento a noção de desenvolvimento do turismo torna-se meramente comercial estando ligado apenas à proporcionalidade da quantidade de capital investida na promoção e nos

equipamentos do turismo, sem preocupações com outros impactos de natureza não econômica.

Para tentar mitigar esses desequilíbrios, o capitalismo por meio do pensamento dominante produz novos conceitos, dentre estes, o de que o turismo deve ser construído de forma sustentável. Este termo se apresenta como eficaz na correção de incongruências e discrepâncias do desenvolvimento do turismo, mas na verdade, este oferece à ideologia neoliberal, novas bases para atingir seus objetivos, pois congrega noções que têm por primazia a eficiência econômica, sendo que, estas noções estão pouco preocupadas com os impactos que podem ser atribuídos ao turismo.

Economia ambiental e sustentabilidade

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com o crescimento da conscientização de preservação e conservação do meio ambiente, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento econômico precisa levar em consideração o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida das populações humanas em nível global. De acordo com o Relatório Brundtland, de 1987, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente criado pelas Nações Unidas, esse desenvolvimento citado por Dias (2003,p.48) "[...] atende as necessidades do presente sem prejudicar a capacidade das futuras gerações de atender as suas próprias necessidades".

O termo desenvolvimento sustentável tem na economia ambiental sua base teórica de sustentação, originária da ramificação da ciência econômica neoclássica, que na década de setenta passou a congrega aspectos do meio ambiente. Por sua vez, os fundamentos da economia clássica, no qual se prega a crença na teoria valor trabalho, excedente

econômico e sociedade de classes, são refutados pela economia neoclássica. Em contrapartida, esta sustenta as teorias dos fatores de produção, do bem estar social e a teoria da utilidade.

As teorias econômicas relatadas posteriormente podem ser encontradas nos trabalhos de Hunt e Sherman (1977). A teoria do valor trabalho elaborada por Adam Smith (1723-1790), relata que o valor de uma mercadoria é calculado sobre o tempo de trabalho humano gasto em sua produção. Enquanto a teoria do excedente econômico formulada por David Ricardo (1772-1823) descreve que todo trabalho produtivo gera excedente econômico, isto é, riqueza. Na sociedade de classes descrita por Karl Marx (1818-1883), a sociedade é dividida em classes (trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra), estruturando a sociedade de forma que os proprietários dos meios de produção exploram a classe social sem recursos, passando essa classe a vender sua força de trabalho aos detentores do capital, formando-se aí a luta de classes.

A economia neoclássica defende seu pensamento combatendo algumas idéias do pensamento econômico clássico como a teoria do valor trabalho e propõe também outras alternativas em relação aos outros conceitos clássicos. Em alternativa a luta de classes, colocada aqui como sociedade de classes apresentada por Karl Marx, o pensamento neoclássico relata que são fatores de produção, tanto os proprietários como os produtores que buscam por remuneração no mercado, substituindo a idéia de discórdia entre meios de produção e lutas de classes, afirmando que, o mercado é capaz de se regular sozinho, por meio da oferta e demanda, proporcionando o pleno emprego. A teoria do bem estar social elaborada por Vilfredo Pareto (1848-1923) expõe que o livre mercado, de forma

espontânea reserva recursos, distribui renda e bens entre os indivíduos.

O pensamento neoclássico por meio das idéias de Carl Menger (1840-1921), recomenda a teoria da utilidade em oposição à teoria do valor trabalho, no qual a mercadoria, na concepção neoclássica passa ser denominada como "bem", deve ter seu valor calculado não só nos princípios clássicos, mas também na utilidade e escassez do bem. A utilidade se refere ao valor subjetivo que os consumidores atribuem a um bem e a sua escassez de quantidade de produção.

Com isso a economia ambiental por meio da teoria da utilidade consente a interpretação de que pode ser mensurada economicamente a qualidade da água, do ar, da terra que são bens públicos para os indivíduos. Os comentários de Souza (2000,p.89) reforçam o entendimento dessa questão "Para a economia ambiental, a qualidade ambiental é considerada como um bem que proporciona utilidade aos indivíduos e, portanto, é tratada como os demais bens da economia".

Nessa concepção, surge a busca pelo equilíbrio, ou ponto ótimo, entre qualidade ambiental e produção/consumo do ponto de vista do bem estar social. Percebendo-se neste momento a existência de problemas entre o econômico e o ambiental, que são observados da seguinte forma, como comenta Souza (2000,p89):

Quando o aumento na disponibilidade de bens e serviços produzidos pelas atividades humanas reduz a qualidade ambiental ou inversamente, quando o aumento do nível de qualidade ambiental somente é possível com o sacrifício da disponibilidade ou aumento no custo de bens e serviços produzidos.

Entretanto na produção de bens, o proprietário dos fatores de produção, produz

os bens pensando apenas no gasto de sua produção: insumos, depreciação, força de trabalho humano e máquinas, se esquecendo que essa produção traz poluições ao meio ambiente e a terceiros que não sofrem qualquer indenização da parte do produtor. Dessa forma, estes impactos denominados como externalidades, deveriam ser computados no custo total ou por indenizações. Como salienta Martoni (2006,p.11):

Prejuízos podem ser causados desde que indenizações sejam a forma de reparação. Ou seja, se a produção de um produto ou a exploração de determinada área causar prejuízos a terceiros, estes podem ser aceitos desde que haja uma compensação monetária pelos danos, chegando-se a um ponto ótimo. Analise-se os custos e os benefícios.

Assim, pode-se perceber que a sustentação teórica do desenvolvimento sustentável segue o pensamento neoclássico, pois a lucratividade proporcionada pelos fatores de produção se sobrepõe em comparação aos efeitos danosos ao meio ambiente e os princípios de equidade social. Diante desta constatação é necessário levar em consideração o comentário de (RODRIGUES apud MARTONI,2006, p.10):

É necessário [...] rever o conceito de desenvolvimento sustentável, cujos princípios norteadores são: eficiência econômica, conservação da natureza, princípios éticos que culminariam na justiça social e na equidade em se tratando de população anfitriã. Gostaria de receber informações de apenas um empreendimento onde estes paradigmas estão sendo respeitados

O relatório de Brundland difundiu o conceito de desenvolvimento sustentável, e este mesmo relatório segundo Martoni (2006,p.11) enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que a

política ambiental seja parte do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada.

Vale ressaltar, ao afirmar que condições de pobreza são incompatíveis ao desenvolvimento sustentável, o relatório se esquece de que são os países desenvolvidos detentores da maior parte da riqueza econômica mundial, que são os maiores produtores de bens e ao mesmo tempo os maiores causadores de danos ambientais. A indicação de que a eficiência econômica proporcionaria a sustentabilidade apenas confirma as idéias dominantes.

Nesse contexto, é necessário que as proposições do modelo de desenvolvimento sustentável sejam revisadas, para que as populações mais pobres possam se inserir nessa pretensa forma de desenvolvimento. Segundo Sachs (1986,p.71) "[...] logicamente, os mais pobres não devem seguir o exemplo de evolução industrial que países mais ricos percorreram".

Souza (2000,p.96) afirma ainda, que a própria economia ambiental não consegue atingir o ponto ótimo entre a degradação do ambiental e a produção de bens de consumo, pois, existem "falhas de mercado", ou seja, conjuntura de mercado suficiente que proporcione eficiência econômica. Por sua vez, falhas de mercado são falhas governamentais que não aplicam corretamente a teoria econômica.

Conceito de sustentabilidade tem origem na economia ambiental, sendo este bastante difundido nos estudos do turismo. Portanto, as ações de promoção do turismo sustentável são pautadas nessa ideologia proveniente da economia neoclássica, não considerando as características e peculiaridades das realidades locais, pois este sempre sugestiona o desenvolvimento padronizado/globalizado, em que a eficiência econômica tem primazia.

Considerações finais

As pesquisas sobre turismo em sua maioria analisam exclusivamente os benefícios econômicos, não se importando com os impactos que este gera ao ambiente e a sociedade. Pesquisas superficiais ou lineares, que acabam considerando o turismo exclusivamente como produto economicamente rentável, não avaliam as possibilidades de transformação socioculturais que podem ocorrer a partir do planejamento participativo, tais como: a erradicação de pobreza, a distribuição de renda e a inclusão social.

As teorias discutidas oportunizaram novas formas entendimento das relações existentes entre o turismo e capitalismo, no qual, o segundo se apropria do primeiro, transformando-o em um instrumento a favor deste, por meio de sua rentabilidade que acaba perpetuando o predomínio da ideologia dominante. Priorizando o crescimento, onde tudo se transforma em "produto".

A cultura dominante tem o poder de difundir paradigmas, conceitos e mitos que corroboram seus ideais, transformando os desafios de vincular os aspectos econômico e ecológico ainda mais difíceis. Paradigmas que criam alienação ao ser humano e reforçam o status quo, não permitindo a atuação de forças para a mudança.

Por fim, torna-se evidente a necessidade de referenciais teóricos que busquem soluções práticas e críticas ao conceito de sustentabilidade, na busca de tentativas de harmonização sistêmica dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, não obstante, a análise das configurações da realidade dos locais. Um referencial que pode

ajudar a harmonizar esses ideais é o ecodesenvolvimento, que geralmente é proposto para o desenvolvimento de pequenas localidades rurais de países subdesenvolvidos.

Referências bibliográficas

- HUNT e SHERMAN. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1977.
- IGNARA, L. R. Fundamentos do Turismo. São Paulo-SP: Editora Pioneira, 2002.
- MAGALHÃES, Cláudia Freitas. Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios. Editora Roca, São Paulo, 2002.
- MARTONI, R. M. "Turismo e Capitalismo". Caxias do Sul: UCS, maio, 2006.
- MARX, K. ENGELS, F. A ideologia Alemã (Fauerbach). São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- MARX, K. ENGELS, F. Das Kapital. In Gesamtausgabe, Editora MEGA, Berlin, 1987, Tradução de B. Fowkes, B. Capital 1976.
- NOSSO FUTURO COMUM - Relatório Brundtland.. Rio de Janeiro, 1991.
- PALHARES, G. L. Transportes turísticos. São Paulo: Editora Aleph, SP,2002.
- RODRIGUES, A. B. Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Editora Hucitec,,2002.
- SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora Garamond, , 2000.
- SOUZA, R. S. Entendendo a questão ambiental. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2000.
- URRY, J. O olhar do turista. São Paulo: Studio Nobel - SESC, 2001.